

Mudança de postura tem pacote de metas

As investigações realizadas pela Polícia Militar do DF sobre casos de ameaças e assassinatos cometidos por PMs cresceram em 2010 em relação a 2009. A corregedoria apurou, em 2010, 75% mais casos do que no ano anterior — houve sete em 2010 e quatro em 2009. Vítima das infrações de militares brasileiros, Gilmar Vareto Damásio, 48 anos à época, morreu em 2008 no Hospital Regional de Ceilândia 14 dias depois de ser espancado gravemente por militares por causa de som alto em um bar.

Cinco meses depois da morte dele, a Justiça do DF determinou o pagamento de uma pensão mensal de R\$ 650 para a família

de Gilmar. Nenhum acusado, no entanto, foi julgado. A irmã dele, a auxiliar administrativa Gildete Damásio, 48 anos, procurou a Corregedoria da PM para averiguar a conduta dos suspeitos. Ela soube que os policiais foram afastados das atividades nas

ruas, mas assumiram cargos administrativos. “É muito mais fácil para eles, afinal continuam recebendo o salário. É como se soubessem que irão pagar de outra forma”, desabafou.

No combate às infrações de desvio de conduta dos policiais

Reclamações

Total de denúncias por ano*

2007	2008	2009
767	795	751

*A corregedoria da PM ainda não concluiu os números de 2010.

15
MIL

Total de policiais militares
no Distrito Federal

militares do Distrito Federal, o corregedor-geral da Polícia Militar, coronel Edson Barbosa Silva, traçou um pacote de metas e orientações sobre o uso da força. As ações preventivas de correção de conduta começarão a ser implantadas neste ano por meio de palestras e de campanhas educativas. “São ações que visam orientar policiais no sentido de não cometerem mais infrações”, explicou. Na semana passada, o corregedor assinou uma portaria destinando um oficial para investigar a denúncia do abuso sexual supostamente cometido contra duas irmãs por militares em Samambaia. “A denúncia é muito grave.

Se for comprovada a ação deles serão punidos de forma rigorosa” afirmou o corregedor.

Uma circular com orientações sobre o uso da força e de arma de fogo foi encaminhada pela PM para o Ministério da Justiça para análise e deve ser implantada nos próximos meses. Um dos itens propostos determina que os agentes de segurança pública devem obedecer os princípios de legalidade e que não devem usar armas contra pessoas, exceto em casos de legítima defesa. A corregedoria vai lançar também postos de ouvidoria para recolher denúncias contra policiais em Taguatinga, Ceilândia, no Gama e no Plano Piloto.